

JOÃO PINHEIRO DA SILVA E A ECONOMIA MINEIRA NO INÍCIO DA REPÚBLICA

Camila Amaral Pereira¹

Doutoranda em História Econômica (FFLCH-USP)

camilaeconomia@outlook.com

Lélio Luiz de Oliveira²

Docente do Doutorado em História Econômica (FFLCH-USP)

lelio@fearp.usp.br

Resumo

O objetivo foi entender quem era João Pinheiro da Silva e sua importância para a economia mineira no início da República. Para tanto, analisamos sua trajetória de vida, sua experiência enquanto homem público e quais foram as referências que marcaram sua formação e compreensão do Brasil da época. O método da pesquisa foi a análise dos documentos do Fundo de João Pinheiro, encontrados no Arquivo Público Mineiro (APM), dos documentos da Fundação João Pinheiro (FJP) e revisão da literatura.

Palavras chave: história econômica; projeto de nação; Brasil; Minas Gerais; João Pinheiro

Abstract

The objective is to understand who was João Pinheiro and its importance for a mining economy in the beginning of the Republic. To do so, we seek to analyze his life trajectory, his experience for the public and what are the references that form his formation and understanding of Brazil of the time. The main method is an analysis of the João Pinheiro Fund documents, found in the Public Mining Archive (APM), João Pinheiro Foundation (FJP) documents and literature review.

Keywords: Economic History; project of nation; Brazil; Minas Gerais; João Pinheiro



Introdução

Em 1870, a publicação do Manifesto Republicano já anunciava mudanças significativas no cenário político brasileiro, de uma Monarquia para uma futura República¹. Em 1889, a Proclamação da República representou uma possível ruptura com a herança colonial, no sentido de que estavam postas as condições estruturais de desenvolvimento endógeno dos mecanismos de acumulação de capital no Brasil (CARDOSO DE MELLO, 1991).

Segundo Gonçalves (1990, p.67), nessas “mudanças significativas” podem ser incluídas “a abolição da escravatura – expressão de uma renovada relação de produção; a Proclamação da República – marco institucional de uma nova ordem e o congresso constituinte – definidor das novas relações jurídico-políticas”. Tais transformações expressariam a articulação de uma nova ordem no Brasil.

Essa articulação para a “nova ordem” pode ser entendida, conforme Sérgio Buarque de Holanda (1997), por meio da necessidade da formação de um quadro político instituído no regime republicano que deveria responder a uma forma adequada à nova composição social.

Como expressão dessa “composição social”, definimos, como objeto de estudo desse trabalho, a figura singular do político mineiro João Pinheiro da Silva (1860-1908), que buscou compreender a realidade brasileira, por meio de Minas Gerais, contribuindo na construção de um projeto nacional.

Nesse sentido, trabalhamos com a hipótese de que a singularidade de João

1

O manifesto foi publicado em 03 de dezembro de 1870 no Rio de Janeiro com objetivo de derrubar a Monarquia e estabelecer o Regime Republicano no Brasil. Trecho do Manifesto: É a voz de um partido que se alça para falar ao paiz. E esse partido não carece demonstrar a sua legitimidade. Desde que a reforma, alteração ou revogação da carta outorgada de 1824, está por ela mesma revista e autorizada, é legítima a aspiração que hoje se manifesta para buscar em melhor origem o fundamento dos inauferíveis direitos da nação. (...) Não reconhecendo nós outra soberania mais do que a soberania do povo, para ela apelamos. (p.02).(O Manifesto do Partido Republicano pode ser encontrado no site do Senado Federal do Brasil: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/185599>> acessado em 10 de fevereiro de 2016.



Pinheiro seria de pensar o Brasil por meio da organização nacional para construir um projeto de nação. A problematização proposta é a de entender se o olhar de Pinheiro em relação à organização do país, por meio da dinâmica econômica, já seria em si um projeto de nação. De que forma os ideais de projeto nação podem ser evidenciados em ações de João Pinheiro?

Para responder o objetivo geral e as próprias indagações aqui expostas, utilizaremos de fontes primárias do Fundo João Pinheiro, material formado por cartas, discursos, decretos, manifestos e jornais, pesquisado e coletado no Arquivo Público Mineiro (APM) e na Fundação João Pinheiro (FJP), e uma revisão da literatura.

Quem foi João Pinheiro da Silva?

João Pinheiro da Silva nasceu na cidade do Serro, localizado na região nordeste de Minas Gerais próxima a Diamantina, no dia 16 de dezembro de 1860, filho de *Giuseppe Pignataro* e de Carolina Augusta de Moraes. Seu pai, imigrante italiano, caldeireiro de profissão, chegou ao Brasil em 1848 e abrigou-se alterando o nome para José Pinheiro da Silva. Sua mãe, natural de Caeté, cidade próxima à atual Belo Horizonte, era filha de um professor primário.

João Pinheiro da Silva era o terceiro dos três filhos do casal (seus irmãos eram José, nascido em 1856 que se tornou padre e João, nascido em 1859, mas viveu poucos meses). João Pinheiro estudou no Seminário de Mariana, localizado na cidade de Mariana, estado de Minas Gerais, gratuitamente até concluir seus estudos secundários.

Ingressou assim, na Escola de Engenharia de Minas de Ouro Preto em 1881². Essa escola foi criada em 1875, sendo uma das primeiras escolas de engenharia do Brasil, o qual Pinheiro que era um homem sem grandes posses, conseguiu se inserir na instituição de grande prestígio e referência na época. (CARVALHO, 2002)³

2

Na época, Ouro Preto era a capital de Minas Gerais.

3

Segundo José Murilo de Carvalho a criação da Escola de Minas, não se deu por motivos puramente econômicos, uma vez que não havia demanda por engenheiros de minas e geólogos em uma economia cafeeira, mas sim por motivos ideológicos. Sua permanência só foi possível pelo apoio



**João Pinheiro Da Silva E A Economia Mineira No Início Da República – Camila Amaral
Pereira e Lélío Luiz de Oliveira**

Gomes (2005) em conformidade com Barbosa (1966) relata que João Pinheiro, não se acertando com a engenharia, foi viver em São Paulo para cursar a Faculdade de Direito em 1883⁴.

A faculdade de Direito de São Paulo era outra faculdade de prestígio no Brasil que formava a elite nacional, caracterizada pelos grandes fazendeiros. Entende-se que a formação em Direito assegurava na época, grandes oportunidades de trabalho, além da advocacia, muitos bacharéis seguiam a carreira na administração pública e o exercício dos poderes do Estado (OLIVEIRA, 2009).

Diante do exposto, entendemos que, João Pinheiro da Silva se apoiava na educação para crescer socialmente. Pois, sua família não tinha vínculos com a região rural de Minas e muito menos tinha vínculos com o espaço mineiro caracterizado como urbano na época. Em outras palavras, consideramos que Pinheiro não possuía vínculos familiares que possibilitavam sua inserção na elite nacional.

Para custear sua estada na capital paulista, Pinheiro recebeu ajuda do professor, Cipriano José de Carvalho para trabalhar como preparador do laboratório de física e química na Escola Normal da cidade⁵. Em suas aulas, segundo Coelho (1960), o professor Cipriano não deixava de mencionar a obra de *Auguste Comte*, cuja filosofia positivista partia da

do imperador Dom Pedro II e pelas políticas do então diretor da instituição, Gorceix. Ver mais em: CARVALHO, José Murilo. A Escola de Minas de Ouro Preto. O peso da glória. 2002, UFMG.

4

O período de Joao Pinheiro, como estudante na Academia de Direito de São Paulo, é também o período de intermináveis polêmicas entre católicos e livres pensadores. Ao calor do debate das ideias filosóficas, com a introdução do positivismo, evolucionismo, darwinismo e consequente reação dos intelectuais católicos, juntam-se os acontecimentos que, depois da Guerra do Paraguai assinalariam o início de grandes transformações na política brasileira: o dissídio do partido liberal com os militares, ainda em plena guerra (1868); o manifesto republicano (1870); a lei do ventre livre (1871); o abolicionismo (1879); a lei áurea (1888); a proclamação da república (1889). Ver mais em: BARBOSA, 1966, p.20)

5

Nesse ponto faz-se importante observar que, dentre as qualificações que abriram portas para João Pinheiro começar a trabalhar, estiveram à passagem pelo Seminário de Mariana e pela Escola de Minas de Ouro Preto. Na primeira instituição ele obteve uma formação humanística, que lhe conferiu um bom domínio do Latim, da História Geral e da História do Brasil. Da segunda instituição obtivera uma formação em química e física, mesmo não completando o curso de engenharia (TAMBASCO, 2001).



observação, da experimentação e da análise histórica para entender a realidade social do Brasil para sugerir uma ordem republicana.⁶

Esse pensamento foi incorporado entre os estudantes do início da República, principalmente por influência e convivência com o professor Cipriano e pelo professor Benevides da faculdade de Direito de São Paulo “que embora fosse o Direito Romano que ele devia discorrer, discursava sobre Augusto Comte” (COELHO, 1960, p.38).

De acordo com Lins (1957):

Entre a mocidade que foi influenciada pela filosofia positivista, Júlio de Castilho, Silva Jardim, **João Pinheiro** e Martins Junior – o primeiro do extremo sul, o segundo na Província do Rio de Janeiro, o terceiro em Minas Gerais e o quarto em Pernambuco, provando já se haver cristalizado então o milagre da unidade, não apenas territorial, mas ainda espiritual, do povo brasileiro. (LINS, 1957, p.33) (Grifos nossos)

Essa disseminação do positivismo no Brasil por meio da universidade, seja pelo Júlio de Castilho (1860-1903) que se tornou presidente do Rio Grande do Sul entre 1893 a 1898, seja pelo Antônio Silva Jardim (1860-1891) que lutou pela República no Rio de Janeiro, pelo João Pinheiro da Silva (1860-1906) que estamos estudando nessa pesquisa, seja pelo José Isidoro Martins Júnior (1860-1904) que se tornou bacharel na Faculdade de Direito do Recife e lutou pela República, como descreve Lins (1957) na citação acima, seria uma tentativa de amadurecer a consciência nacional, com o objetivo de formar bacharéis que dariam uma nova direção ao Brasil, mudando a mentalidade do país por meio de “ordem”, que partiria da observação da realidade brasileira em diferentes regiões para sua integração.

Após o período como estudante, Pinheiro já imbuído nas influências positivistas seja por meio da universidade, pelos professores, pela conversa com os amigos, participou da organização do Partido Republicano Mineiro (PRM) em 04 de junho de 1888. Essa participação pode ser conferida em sua própria escrita: “É preciso que nos convençamos

6

Para entender melhor o positivismo em Comte, ver mais em: Comte, Auguste, 1798-1857. Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista / Auguste Comte; seleção de textos de José Arthur Giannotti; traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. — São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores). E também, LINS, Ivan. História do Positivismo no Brasil. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1957.



de que, no Brasil, o que se é, naturalmente, é republicano porque se o é de coração; o monarquismo foi uma acidentalidade; nós somos da América...”⁷

Observa-se que Pinheiro lutava pela República no país buscando uma reforma política em prol dos brasileiros. Através da superação do regime monárquico com um discurso influenciado pelo positivismo, no sentido de que a Monarquia foi um acidente, somos naturalmente republicanos.

Logo após a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, Pinheiro foi nomeado pelo chefe do governo provisório da União, marechal Deodoro da Fonseca, secretário de estado e vice-presidente de Minas Gerais, ao lado do presidente do estado mineiro Cesário Alvim.

Nas palavras de Pinheiro da Silva (1889) “este passado e as próprias circunstâncias do presente são a garantia de que procurarei governar sem preocupações outras que não sejam os interesses permanentes da terra estremecidas, no serviço do ideal republicano” p.67. Observa-se que a República era entendida por Pinheiro como Nação e o ideal republicano seria sinônimo de “servir aos interesses nacionais”⁸.

Em 1890, Pinheiro passou a exercer interinamente o governo mineiro, em decorrência da transferência de Cesário Alvim para o Ministério do Interior⁹. De fevereiro a agosto, meses em que esteve à frente do executivo mineiro, João Pinheiro buscou medidas para

7

Conforme a Ata da Primeira Reunião do partido republicano de 04 de junho de 1888. Este documento pode ser encontrado em: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). João Pinheiro: documentário sobre sua vida. Publicações do Arquivo Público Mineiro, nº 1. Belo Horizonte, 1966. pp.53-57.

8

João Pinheiro da Silva. Documento Circular aos eleitores do 2º distrito, 28 de julho de 1889. Este documento pode ser encontrado em: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). João Pinheiro: documentário sobre sua vida. Publicações do Arquivo Público Mineiro, nº 1. Belo Horizonte, 1966. pp.67-72.

9

Ministério do Interior é o órgão da Administração Central do Estado ao qual compete, em geral, promover, de acordo com as diretrizes do Governo. O Ministério do Interior em 1892 foi absorvido no Ministério da Justiça e Negócios Interiores. (BARBOSA, 1966)



equilibrar os impostos em Minas Gerais. Exonerou-se em agosto, sendo substituído por Domingos José da Rocha. (COELHO, 1960)¹⁰

Em 15 de setembro de 1890 foi eleito deputado mineiro ao Congresso Nacional Constituinte. Pinheiro tomou posse em 15 de novembro seguinte e integrou a Comissão dos 21, formada por um representante de cada província e responsável pelo encaminhamento ao plenário do projeto constitucional:

Francisco Machado (Amazonas), Lauro Sodré (Pará) Cassimiro Júnior (Maranhão), Theodoro Alves Pacheco (Piauí), Joaquim de Oliveira Catunda (Ceará), Amaro Cavalcanti (Rio Grande do Norte), João Soares Neiva (Paraíba), José Hygino Duarte Pereira (Pernambuco), Gabino Besouro (Alagoas), Manuel Perciliano de Oliveira Valladão (Sergipe), Virgílio Damásio (Bahia), Gil Diniz Goulart (Espírito Santo), Bernadino de Campos (São Paulo), João Baptista Laper (Rio de Janeiro), Ubaldino do Amaral (Paraná), Lauro Severiano Muller (Santa Catarina), Júlio de Castilho (Rio Grande do Sul), João Pinheiro da Silva (Minas Gerais), Lopes Trovão (Capital da Federal), José Leopoldo de Bulhões Jardim (Goiás) e Aquilino do Amaral (Mato Grosso). (MACIEL, 2000, p.163)¹¹

Em 24 de fevereiro de 1891 foi promulgada a primeira constituição brasileira do regime republicano, sendo caracterizada pela descentralização dos poderes, com autonomia regional, aos municípios e as antigas províncias, agora denominados Estados Federados¹².

10

Nesse mesmo ano, João Pinheiro casou-se com Helena de Barros (e no decorrer dos anos tiveram doze filhos). Quatro homens e oito mulheres: Paulo Pinheiro, Helena Pinheiro, Marta Pinheiro, Carolina Pinheiro, Israel Pinheiro, Lúcia Pinheiro, Amanda Pinheiro, Virginia Pinheiro, João Pinheiro, José Pinheiro, Celeste Pinheiro e Ruth Pinheiro. (BARBOSA, 1966).

11

A maioria dos constituintes de 1891 era bacharéis de Direito. Havia professores de ensino superior, médicos e um número razoável de militares, dois banqueiros, (...) também havia fazendeiros. (MACIEL, 2000, p.165.)

12

Art 1º - A Nação brasileira adota como forma de Governo, sob o regime representativo, a República Federativa, proclamada a 15 de novembro de 1889, e constitui-se, por união perpétua e indissolúvel das suas antigas Províncias, em Estados Unidos do Brasil. Art 2º - Cada uma das antigas Províncias formará um Estado e o antigo Município Neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a Capital da União. Fonte: Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil, 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>.



E segundo Rui Barbosa (1973) a república e a federalização seriam uma forma de resolver os problemas da economia brasileira que o Estado Unitário e Monarquia não foram capazes.¹³

Ainda para Barbosa (1873):

(...) renunciar o federalismo é esmacular-se. Desistir do foro republicano é prostituir-se. Conquistas destas não se revogam, senão pelo processo por que fazem os eunucos. Da federação não se retrocede para a centralização. Da América presidencial não se volve para a realeza ultramarina. A transmutação das monarquias europeias, nos seus renovos coloniais, em democracias republicanas, é um fenômeno constante, com todos os caracteres de uma lei histórica, infringida unicamente no caso singular do Brasil. (Discurso proferido em 1893)¹⁴

Entendemos que esse, também é o pensamento de João Pinheiro da Silva, que na nossa hipótese de pesquisa, defendia um projeto de nação, por meio dos ideais republicanos, que na época estava entrelaçado ao federalismo dos “Estados Unidos do Brasil”.

Após a promulgação da Constituição de 1891, com a crise política entre marechal Deodoro da Fonseca e o Congresso, que levou o primeiro à renúncia em 23 de novembro de 1891, Pinheiro renunciou também ao mandato e afastou do ambiente político¹⁵.

Conforme Otávio Dulci (2005) aproximadamente no ano de 1893, não vendo naquela época, condições de contribuir com êxito para a solução dos problemas econômicos e sociais do país, João Pinheiro preferiu dedicar-se às atividades mais

13

BARBOSA. Rui. IN: AGUIAR, Pinto de. Rui e a economia brasileira. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1973.

14

Esse discurso é encontrado em: LACERDA, Virgínia Cortes. Op. cit. pgs.180-181.

15

Em novembro de 1891, uma crise política deflagrada pelo embate entre os poderes Executivo e Legislativo culminou com o fechamento do Congresso Nacional por ordem de Deodoro da Fonseca, numa tentativa de golpe militar. Diante da reação de amplos setores da sociedade, até mesmo da possibilidade de uma guerra civil, o presidente optou pela renúncia. (COELHO, 1960).



industriais, fundando e administrando na cidade de Caeté - cidade natal de sua mãe - uma fábrica de cerâmica.

Segundo a entrevista concedida ao jornal O Paiz intitulada “O Novo Governo de Minas” e publicada no jornal Minas Gerais em 20 de setembro de 1906, Pinheiro se distanciou da política em 1893, porque estava desiludido com a política - utilizada para fins particulares, no sentido de uma visão de economia liberal e não para a sociedade - e queria se dedicar a atividade industrial.

Para sermos mais específicos, segundo Barbosa (1966) foi em 13 de julho de 1893, na chácara do Tinoco, em Caeté, que João Pinheiro fixou sua residência. Pinheiro iniciou a fabricação de louças finas e porcelanas que ficou conhecida como “Cerâmica de Caeté”.

As cerâmicas de Caeté (1893/1902) foram especializadas na fabricação de material sanitário, tendo sido fornecedora das obras de esgotos para Belo Horizonte (lembrando que, justamente em 1897, Belo Horizonte se torna a capital de Minas, uma opção de mercado para a cerâmica) e outras cidades mineiras, expandindo-se depois para o Rio de Janeiro e São Paulo, a pedido dos respectivos governos e da diretoria das Obras Públicas da União (COELHO, 1960).

De acordo com Tambasco (1997) a Cerâmica de Caeté foi estimulada pela expectativa de um mercado consumidor que surgiria com a construção de Belo Horizonte. Esse mercado inicialmente de materiais de construção em demanda tenderia a aumentar com a população crescente, o que garantia a fábrica a trabalhar com capacidade - não ociosa, diga-se, sem perdas econômicas, uma das condições de retorno para o capital investido.

Essa possível passagem da vida política para a experiência industrial de João Pinheiro possibilitou a compreensão da complexidade das atividades econômicas em Minas, - principalmente ao perceber as dificuldades de se gerenciar uma atividade industrial¹⁶, em termos da necessidade de transportes para a circulação das mercadorias em outras cidades, em especial de sua atividade relacionada à cerâmica e de trabalhadores que tivessem

16

Lembrando conforme Cardoso de Mello (1991, p.64) que “uma elevação contínua dos custos de transportes promoveria, coeteris paribus, a queda também da taxa contínua da taxa de lucro, até o ponto que travaria a acumulação.



conhecimento técnico para trabalhar na indústria - que, em 1903, vai se tornar mais perceptiva, ampliando-a para uma interpretação econômica do Brasil¹⁷.

Pois, em 1902, o presidente do estado mineiro, Francisco Salles convidou vários representantes das principais atividades econômicas da região, dentre eles, João Pinheiro, para discutir propostas para fortalecer Minas economicamente, dado a crise do café no país. (COELHO, 1960).

Que pode ser conferido abaixo:

O governo resolveu convidar os representantes das diversas indústrias do Estado abaixo mencionadas para uma reunião no dia 12 de janeiro próximo a fim de assentarem as teses que devem ser submetidas à discussão no Congresso da Lavoura, Comércio e Indústria que o Sr. Dr. Presidente do Estado vai convocar para dia que previamente será designado. São os seguintes representantes das indústrias ora convocados: Fabril, Coronel Francisco Mascarenhas; Agrícola, Dr. José Joaquim Monteiro de Andrade; Pastoral, Dr. Carlos Pereira de Sá Fortes; Bancárias, Dr. João Pinheiro de Oliveira e Souza, **Cerâmica, Dr. João Pinheiro da Silva**. (Jornal Minas Gerais 30 de dezembro de 1902). (Grifos nossos)

Os membros expressivos da economia se reuniram em torno do objetivo da reestruturação econômica de Minas Gerais. Buscavam-se propostas e intervenções políticas, para acumular capital no estado. E este é o marco do retorno de João Pinheiro para a atuação política.

Também podemos ver na carta de João Pinheiro escrita ao eleitorado mineiro de 1906 a explicação do motivo que o levou a retornar a vida pública em 1903:

Ao tomar o Governo, o Dr. Sales mostrou-se desejoso de que eu voltasse à política; fiz-lhe... ponderações e concluí: **em nome de que ideal?**

17

Consta da memória popular de Caeté, sendo citado por autor local (VITORIANO, 1985, p.53) que João Pinheiro construiu uma “estrada” entre Sabará e Caeté, onde trafegava um sistema de transporte que denominava “monorail ao nível do chão”, tracionando carros de mercadorias. A questão dos transportes era de importância vital para a Cerâmica Nacional. Ver mais, em (BARBOSA, 1966, p. 345 e 355). Essa preocupação de Pinheiro em relação aos transportes, também pode ser verificada com a criação da estação trem de Caeté (inaugurada em 1909 pela E. F. Santa Barbara que foi idealizada no governo de Pinheiro). (Arquivo Público Mineiro, Jornal Minas Gerais 20/08/1908).



João Pinheiro Da Silva E A Economia Mineira No Início Da República – Camila Amaral

Pereira e Lélío Luiz de Oliveira

Havia e há um, necessariamente (...) – o problema econômico brasileiro, que é, ao mesmo tempo, o problema social e a nossa verdadeira questão política. Dessas entrevistas, nasceu a ideia do Congresso Agrícola e Industrial de Minas, como um meio de se sondar a opinião. (BARBOSA, 1966, p.356-35) (Grifos nossos)

A realização do Congresso Agrícola Comercial e Industrial em Belo Horizonte, de 13 a 19 de maio de 1903. Cujas Comissão Fundamental foi liderada por João Pinheiro, a comissão organizou estudos para entender a formação de Minas Gerais e coordenou diversas atividades voltadas para a agricultura, pecuária, indústria, educação no campo, em prol da reconstrução econômica da região. (BARBOSA, 1966)

Para João Pinheiro, os pilares da “agricultura forte e desenvolvida, com medidas protecionistas para produtos considerados básicos como café, algodão, fumo, carne e derivados do leite” não seria a solução apenas para Minas Gerais, mas para a economia nacional. (BARBOSA, 1966)

Compreende-se que essa diversificação produtiva seria uma medida nacional, porque Pinheiro observava a heterogeneidade mineira e a necessidade de produzir algo de acordo com a especificidade local. E como o Brasil é composto por regiões bastante diferenciadas, os pilares de uma economia forte estariam baseados na valorização da singularidade de cada espaço do país.

Os primeiros efeitos da realização desse Congresso Agrícola podem ser visualizados na sessão ordinária, pronunciada pelo presidente de estado Francisco Antônio Salles (1902-1906) em 15 de junho de 1903:

Senhores Membros do Congresso Legislativo do Estado de Minas Gerais (...) teve logar a 13 de maio último a reunião dos representantes da lavoura, da indústria e do comércio, de quase todos os municípios do Estado, e tão alto colocaram as discussões dos assumptos econômicos, que foi estudado em todas as suas faces. Medidas de incontestável relevância e palpitante necessidade para o desenvolvimento da produção agrícola, para o progresso das indústrias e para facilitar a circulação de produtos foram proficientemente debatidas nessa reunião, que despertou a atenção geral e viva curiosidade em todo o paiz, dos homens que se interessam pelo bem e progresso da nação: e as medidas adaptadas, impressionaram o governo federal em torno da possível resolução do problema econômico. (...) **concorreu grandemente para o êxito da notável e útil assembléa a ação da imprensa do Rio de Janeiro como de São Paulo que não**



poupou esforços para dar publicidade aos trabalhos do Congresso Mineiro de 1903, aplaudindo a necessidade da diversificação produtiva não só para Minas, mas para o Brasil (...). (1ª sessão ordinária da 4ª legislatura no ano de 1903. Belo Horizonte-Imprensa Official o Estado de Minas Geraes-1903) p. 07-11 (grifos nossos)

Compreende-se que o congresso mineiro teve repercussão no Brasil, sendo elogiado conforme observamos na citação, por autoridades políticas de outros estados, - como da capital do Brasil, Rio de Janeiro e do estado paulista - no sentido de demonstrar os problemas econômicos da região e dos apontamentos para a diversificação produtiva, pois podiam ser exemplos para o país devido à heterogeneidade da região mineira.

Ao continuar com sua trajetória de vida, em fevereiro de 1905, João Pinheiro foi eleito senador da República e permaneceu até 1906. Em fevereiro de 1906, Pinheiro lançou o Manifesto ao Eleitorado Mineiro, no qual expunha suas idéias políticas para sua candidatura ao governo de Minas Gerais, a qual foi eleito presidente de Minas Gerais, sucedendo Francisco Salles.

A atuação de João Pinheiro em Minas Gerais foi interrompida em decorrência de sua morte, ocorrida no dia 25 de outubro de 1908.

Essa reconstrução da trajetória de João Pinheiro da Silva nos possibilita um questionamento em relação a sua trajetória, no sentido de entender sua passagem da vida política, para uma vida industrial e depois como político de notoriedade. Nossa indagação é perceber se João Pinheiro completaria um pensamento burguês no entendimento de Florestan Fernandes (1975, p. 20) “que encarnava o gênio empresarial e o talento organizador requeridos pelos grandes empreendimentos modernos” do sistema capitalista, ou seja, se Pinheira via do ponto de vista “empreendedor” a importância do Estado para o desenvolvimento do Brasil. E se seu retorno, para a vida política, seria na tentativa de organizar a atuação pública para os interesses da nação.

Assim, para avançar nos estudos sobre João Pinheiro da Silva, precisamos conhecer o que já foi desenvolvido pelos pesquisadores desse político. Abaixo, faremos uma revisão bibliográfica sobre João Pinheiro, para observamos os pontos de concordância e divergência entre os autores que trabalham e/ou trabalharam a ideia central de estudar o João Pinheiro da Silva.



O presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Copérnico Pinto Coelho organizou em 1960 a coletânea do centenário de nascimento de João Pinheiro da Silva, ocorrida em 16 de dezembro de 1960, com a intenção de divulgar, por meio de uma difusão ampla, as homenagens verificadas em Minas e no Brasil para o político.¹⁸

A publicação dessa coletânea foi uma homenagem do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG) a João Pinheiro da Silva, que foi seu fundador em 1907. Segundo Ivan Lins (1957):

No discurso com que, em 15 de agosto de 1907, instalou o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, por ele fundado, disse João Pinheiro haver “forças positivas governando a atualidade, e elementos poderosos sustentando o presente e dirigindo o futuro, no ensinar ao homem que deve confiar somente na justiça [da história], que nunca falta, contra a onda das paixões efêmeras e dos interesses passageiros que desaparecem com o tempo que os criou, para deixar, eterno e duradouro, o que foi feito no serviço da Humanidade e da Pátria, que nunca morrem... Se a história — continuava ele, santifica a própria materialidade dos lugares que a ela se ligam, também nos dá lições mais altas e de caráter bem mais generalizado. É ela que nos ensina a confiar no Direito, na Justiça, na Liberdade, no Bem e na vitória definitiva dos sagrados princípios da consciência humana, ensanguentados às vezes, eclipsados por períodos, mais ou menos longos, na sequência dos tempos, negados e tentados destruir neste ou naquele ponto da terra por usurpadores poderosos — e, entretanto, vencendo sempre nas lutas milenárias da Humanidade em marcha”. (LINS, 1957, p.217)

O autor mostra a preocupação de Pinheiro em criar um instituto que tinha o objetivo de intensificar os estudos históricos de Minas Gerais. A criação desse instituto é uma forma de visualizarmos como que Pinheiro pensava a formação do processo histórico do Brasil, configurado a partir das referências positivas, conforme observara Lins (1957) por meio de influências de seus professores da época, a de sua formação escolar, consolidando o pensamento positivista:

18

Copérnico Pinto Coelho filho do coronel Júlio Cezar Pinto Coelho e Rita de Souza Pinto, nasceu em Juiz de Fora, Estado de Minas, em 13 de abril de 1894. Diplomou-se em engenharia em Belo Horizonte em 1927. E foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, nos anos 1950-1960. Fonte: Arquivo Público Mineiro.



Distinguir, na moral, os deveres e as leis gerais, comuns a humanidade, patrimônio da civilização, que não se confundem absolutamente com esta ou aquela particularidade das convicções isoladas (...) “continuemos a ouvir Pinheiro: as formas de governo não são um fim, senão um meio de se realizar a felicidade pública; e se esta consiste, sem sua mais alta expressão, num aperfeiçoamento moral, cada vez mais puro, uma das suas condições é a segurança e independência materiais do indivíduo e da coletividade”.(LINS, 1957, pp.44-45)¹⁹

Aprendemos que a criação do IHGMG tinha valores positivistas porque Pinheiro visualizava não apenas o progresso econômico, mas também intelectual e moral, compreendida por meio da valorização de sua história e cultura do país. Defende-se que criar um instituto naquela época não era algo fácil, era um empreendimento que requeria prestígio para nuclear os interesses no sentido do resgate histórico da memória da região.

Destarte, a coletânea do centenário do nascimento de Pinheiro é composta basicamente de discursos políticos, dentre eles, do presidente da República, Juscelino Kubitschek (1956-1960), recordando a figura singular do ex-presidente de Minas Gerais entre os anos 1906-1908, “João Pinheiro da Silva possuiu, ao lado do senso perfeito de nossa realidade objetiva, a rigorosa imaginação do futuro, que leva o olhar do estadista muito além do seu campo visual e lhe permite intuir a pátria de amanhã”.²⁰

A evidência da importância da memória de João Pinheiro em seu centenário foi reconhecida por políticos desenvolvimentistas como o presidente Juscelino Kubitschek e do filho de Pinheiro, Israel Pinheiro, deputado de Minas Gerais (1946-1961):

Este monumento erguido a meu pai, João Pinheiro, a passagem do primeiro centenário de seu nascimento, é mais um testemunho de que

19

Obs: Esta citação também pode ser encontrada na coletânea de COELHO, 1960. Item: Discurso do Ministro Ivan Lins na sessão solene em que, em 16 de dezembro de 1960, o IHGMG comemorou o centenário do nascimento de João Pinheiro, pg.33-50.

20

Discurso de JK, em 16 de dezembro, (COELHO, 1960, p. 57)



João Pinheiro Da Silva E A Economia Mineira No Início Da República – Camila Amaral

Pereira e Lélío Luiz de Oliveira

não se desgastaram com o tempo aquelas virtudes características da nossa alma coletiva, na qual ainda encontram ressonâncias profundas o exemplo e a lição de nosso predecessor ao desenvolvimento econômico. (COELHO, 1960, p.57)

Considera-se que os discursos dão ênfase a importância do perfil e trajetória de João Pinheiro, ou seja, apresenta-o como um estadista republicano, aquele que preservava a noção de significância de uma “Razão do Estado” que não se confundia com os interesses privados.

Em nossa análise, o entendimento de Pinheiro como, estadista republicano, é uma análise sensata, pois ele percebia a Razão do Estado, explicado por Gonçalves (1990) no sentido de estabelecer a ordem nas tensões políticas, econômicas e sociais que se manifestavam na formação do Brasil.

Também concordamos com Israel Pinheiro (1960) ao considerar o pai como precursor do desenvolvimento do país, pela sua luta durante os anos 1890-1908 no campo da economia, para fortalecer o regime republicano. No campo da política, buscava este ideal por meio do progresso, influenciado pelo positivismo de Auguste Comte, no sentido da evolução da razão e, ainda, ao observar a necessidade de mudança da organização da sociedade brasileira, que era direcionada por interesses pessoais expressos por movimentos políticos, mas devia ser direcionada pela expansão e diversificação da produção da riqueza socialmente necessária.

Ainda, na coletânea, ressalta-se o resumo da fala do político Gustavo Capanema (1900-1985) na sessão solene do centenário de João Pinheiro em 16 e dezembro de 1960 no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais:

O orador oficial da solenidade foi o deputado Gustavo Capanema, representando o Instituto Histórico e Geográfico, o qual, em magnífico improviso analisou detidamente os principais episódios que marcaram a vida política de João Pinheiro (...). Salientou ainda o orador a vocação do homenageado para a política, porque foi, sobretudo, um homem marcado pela força de um ideal. Esse ideal tinha suas raízes na paixão da liberdade, sem a qual nenhuma individualidade alcança categoria e projeção na vida pública. Sua fé republicana levou-o a tomar parte, quando ainda estudante de Direito em São Paulo, no movimento destinado a **mudar as instituições brasileiras**. (...) Cabe a João



Pinheiro, exclusivamente homem do Serro, a glória de ter aberto caminhos novos a evolução da nossa economia. (COELHO, 1960, pp.28-31)

Gustavo Capanema foi um político mineiro cuja relevância para a nação consistiu na reforma do ensino que se protagonizou como ministro da educação no governo de Getúlio Vargas (1937-1945). Seu discurso em homenagem a João Pinheiro se faz importante porque acreditamos que Capanema tinha ideias políticas que teriam influências de João Pinheiro, no sentido de desenvolver uma mentalidade avançada para pensar o Brasil em defesa de um sistema educacional orientado pelo Estado para garantir amplas oportunidades as pessoas²¹.

Também, o discurso pronunciado na cidade do Serro pelo prefeito Roberto Vasconcelos (1959-1963) merece destaque:

(...) Laureado pela tradicional Faculdade de Direito de São Paulo, veio para Ouro Preto, apostolando uma nova fé, confiante em sua vocação e na própria vontade. (...) Mais tarde, assumindo o governo do Estado, reformou a instrução pública, os serviços estatísticos e outros que ainda puseram em práticas teorias econômicas e sociológicas. Enviado a Constituinte figurou em mais vastos horizontes, onde provou mais uma vez, a capacidade de sua poderosa mentalidade. (...) **Reformou a instrução, dando nova feição á educação das crianças e honrando o magistério.** Essa administração, porém, desgraçadamente, foi interrompida na noite nefasta de 25 de outubro de 1908 (...).(COELHO, 1960, p.117)

O discurso de Roberto Vasconcelos foi importante, porque o Serro foi à cidade de nascimento de Pinheiro e onde este instituíra um grupo escolar. Por isso, a importância da ênfase na instrução escolar reside no fato de que foi este político que iniciou a ideia de instituir grupos escolares públicos em Minas Gerais. Acredita-se que esse discurso de

21

Gustavo Capanema foi Ministro da Educação de 1937 a 1945 e foi responsável por uma série de projetos importantes de reorganização do ensino no país. Ver mais em: SCHWARTZMAN, Simon. **Gustavo Capanema e a educação brasileira: uma interpretação. Publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 66 (153), 165-172, maio/agosto, 1985.**



João Pinheiro teria uma grande influência positivista ao pensar na educação brasileira da época, em suas palavras:

(...) E, como que entoando um hino, assim resumia João Pinheiro o seu programa de governo: “Abrir escolas que iluminem as inteligências das crianças; ensinar o trabalho aos adultos; guiar e aconselhar, nas dúvidas, aos produtores; cuidar das questões materiais, sem o abandono da parte espiritual e moral; ter o culto sincero da liberdade; (...) é, senhores representantes de Minas Gerais, operários efêmeros que somos do serviço permanente da Pátria, e termos trabalhado pelo grandioso ideal republicano, na terra mineira, que, o sonhou, por ele deu vidas e o tem executado, nestes 18 anos de regime, sem retrogação e sem precipitações. É a realização do lema que se inscreve no pavilhão brasileiro, pela perfeita conciliação da “*Ordem e Progresso*””.²²

Observa-se que a educação para Pinheiro não deveria ser um privilégio voltado para pessoas que conferiam grandes posses econômicas, mas sim, uma educação que contemplasse oportunidade para todas as pessoas – que na época, a maioria era analfabeta e sem condições de inserção ao espaço educacional, bem como ascensão social -. Entende-se que essas pessoas precisavam de instrução, principalmente as que trabalhavam no campo, pois precisavam do saber técnico para atuar na produção agrícola.²³

Por fim analisamos o livro “Minas e os fundamentos do Brasil Moderno”, organizado pela autora Ângela de Castro Gomes (2005), apresenta um conjunto de dez capítulos para refletir sobre a contribuição de João Pinheiro da Silva e de sua família para a política brasileira. Focaremos nos quatro primeiros capítulos do livro, que abarcam especificamente o político João Pinheiro²⁴.

22

SILVA. João Pinheiro *apud* LINS, 1957,p.45

23

A instrução primária no governo de Pinheiro foi realizada por meio da lei de número 439 de 28 de setembro de 1906 (lei que envolvia normas de funcionamento do ensino primário e normal superior).

24



No capítulo 01, Carvalho (2005), ao escrever “Ouro, Terra e Ferro: vozes de Minas” observa que uma característica comum aos mineiros que buscavam o desejo de mudança política era a proveniência de famílias pobres e prematura orfandade:

O inconfidente Tiradentes perdeu a mãe aos oito anos e o pai aos quinze. João Pinheiro perdeu o pai aos dez anos vítima de febre amarela. Todos tiveram que ganhar a vida com o próprio trabalho. A experiência de se fazerem por si mesmos, sem dependerem da proteção de famílias abastadas ou de benesse governamentais, reforçou em todos eles a valorização da iniciativa individual. (CARVALHO, 2005, p.73)

Concordamos com essa afirmação do autor, a qual já havíamos observado no capítulo anterior, pois Pinheiro buscou o próprio mérito por meio de seu esforço pessoal. Ele não representava nenhuma família poderosa mineira relacionada à oligarquia rural, ou ao espaço urbano, pelo contrário, seu pai foi um imigrante italiano e sua mãe era filha de um professor primário, sem grandes posses.

José Murilo de Carvalho, também escreveu na revista do arquivo público mineiro (2008) o trabalho “Trajetórias Republicanas”, indo ao encontro com suas ideias anteriores, ao demonstrar que João Pinheiro da Silva foi um grande político do Estado:

Para a formação de sua mentalidade progressista, contribuiu também a formação positivista, que levara Pinheiro não só a aderir à república, mas a ver o novo regime não tanto como liberdade, mas, sobretudo, como o domínio da ciência, da indústria e do progresso. Deixou sua marca em várias iniciativas. Uma delas foi apoiar a transferência da capital de Minas para o arraial de Curral del-Rei (hoje BH). Embora não tivesse presidido a execução da transferência. (CARVALHO, 2008, p.30)

Os demais capítulos são elencados na tentativa de construção da genealogia do nacional-desenvolvimentismo brasileiro, vinculando os políticos Getúlio Vargas, Juscelino Kubistchek e Israel Pinheiro, o que foge do escopo de nossa pesquisa.



Para o autor, João Pinheiro da Silva via a nova capital como um dos instrumentos da renovação econômica de Minas Gerais, visualizando nesta, o progresso no sentido positivista, que modernizaria o estado.

No capítulo dois, “Memória, política e tradição familiar”, Ângela de Castro Gomes (2005, p.93) tenta reconstruir as raízes mineiras do desenvolvimentismo por meio de João Pinheiro da Silva. A autora observa que “o processo de construção da memória sobre João Pinheiro foi muito ressaltado pela sua própria família o transformando como um “mito da República recém-inaugurada seguida da ideia de desenvolvimentismo””.

Para nós, a autora relata a trajetória de João Pinheiro para pensar o processo de modernização de Minas Gerais, em conformidade com Dulci (2005), que escreve o capítulo três, “João Pinheiro e as origens do desenvolvimento mineiro” e explica a modernização, como forma de amenizar o atraso da região. Em momento algum, entretanto, a autora Gomes (2005) discorda dessa associação de Pinheiro ao desenvolvimentismo, que é uma ideia que só repercute no país na década de 1930.

Na realidade, a autora associa a palavra progresso, que era o termo específico da linguagem da época de Pinheiro, à palavra desenvolvimento, que só viria posteriormente. Nas suas palavras:

A proposta deste artigo é a de que João Pinheiro será uma representação da ideia de Progresso, uma palavra com sentido específico na linguagem da época, e que abre amplas possibilidades de associadas à sua trajetória pessoal, traduzir o que se tornará conhecido, nas décadas seguintes a sua morte, como modernização e desenvolvimento sócio-econômico. (...) Importa chamar atenção de fato que João Pinheiro (mas não só ele) estabelece relações muito próximas entre o regime republicano e um certo projeto de “melhoramentos” que seria capaz de produzir mais crescimento econômico e igualdade social no país. (GOMES,2005,91-94)

Também concordamos com Gomes (2005, p.97) em seu relato de que Pinheiro tinha uma visão econômica do problema brasileiro, pois “o bacharelismo daquela época não permitia, nem facilitava: a visão profunda, no sentido econômico, dos problemas políticos do Brasil” e para a autora, Pinheiro, mesmo formado em Direito, era um político plural e não se preocupava tanto com as leis, mas com o progresso.



Por fim, é importante mencionar, ainda nesse livro, o capítulo quatro, que relaciona João Pinheiro com a educação, intitulado “O Brasil de João Pinheiro: o projeto educacional” da autora Helena Bomeny (2005)²⁵.

Para Bomeny (2005), a trajetória individual de João Pinheiro, marcada por seu esforço para estudar, fez com que ele acreditasse num projeto educacional como a saída para a construção de uma sociedade mais próspera. Em suas palavras:

A curta gestão de João Pinheiro a frente do governo de Minas prolongou-se na memória política do estado pela reforma educativa, sem dúvida a que prescreveu a universalização do ensino primário, mas em particular, a implementação das escolas agrícolas. Digo isto porque, mesmo naquela que preconiza a democratização do ensino, prevê a inclusão do ensino técnico primário. Ensinar ao agricultor que tipo de produção se presta em seu terreno, como lidar com a terra sem exauri-la, como lidar com máquinas, como modernizar o campo produtivo era a agenda de um currículo de Escola Agrícola. (BOMENY, 2005, p.160)

A alfabetização era uma exigência da sociedade para dinamizar a divisão social do trabalho no início da República, preocupação que se evidencia nas medidas de “universalização do ensino primário” e na “implementação das escolas agrícolas”, com inclusão do “ensino técnico primário”. E a necessidade de se investir na educação podia ser compreendida de duas formas: como progresso material para a população adquirir conhecimentos técnicos para aprender a manejar o trabalho no campo (racionalização dos meios de produção), e como progresso social, já que, dada a transição do trabalho escravo para o livre, as pessoas viam a educação como ideologia de ascensão social.²⁶

25

Grande parte de seu pensamento pode ser encontrado em sua tese de doutorado: *Mineiridade dos Modernistas: A República dos Mineiros* (1991). O tema central da tese é a vinculação que a autora consegue estabelecer entre os modernistas mineiros dos anos 1920 e a questão mais geral do modernismo na passagem do século, bem com as diferentes possibilidades e alternativas de modernização da sociedade brasileira.

26

Para entender a educação como prática de liberdade, ver a introdução do livro do Paulo Freire (1999), a qual Weffort destaca as experiências do método na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte, em 1962, onde 300 trabalhadores rurais foram alfabetizados em 45 dias. FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.



**João Pinheiro Da Silva E A Economia Mineira No Início Da República – Camila Amaral
Pereira e Lélío Luiz de Oliveira**

Em sua pesquisa, Bomeny (2005) percebe que o projeto de modernização defendido por Pinheiro sustentava a educação e o trabalho no campo. A autora lembra que, naquela época (1890-1908), a maioria das pessoas vivia no campo e a transição para o trabalho assalariado era algo recente. Assim, a educação seria um meio de instruir e capacitar a mão de obra para a nova forma de trabalho.

Esse ponto de vista de Bomeny está em conformidade com a reflexão de Dulci (2005), de que o processo de modernização e de inserção de Minas Gerais e do Brasil no capitalismo foram impulsionados com o fim da escravidão e a proclamação da República, em fins do século XIX. Por isso, tinha-se a preocupação com a formação do trabalhador para o campo observação pela qual concordamos.²⁷

A educação como um dos pensamentos principais de João Pinheiro também é encontrada no trabalho de Silva (2011) “A moral positivista em João Pinheiro da Silva”. Para este autor, João Pinheiro da Silva tinha um posicionamento importante sobre o processo educativo, por meio da busca pela ciência e pela técnica para atingir o progresso social. O autor reforçava o entendimento do positivismo no Brasil, no sentido de organizar o Estado para a sociedade. Esta reforma deveria se passar pela mudança dos costumes e da mentalidade, e uma forma de reorganizar esses pensamentos seria por meio da educação.

Trabalhos mais recentes que estudam João Pinheiro da Silva, como o de Oliveira (2012), que em sua tese de doutorado, “O pensamento econômico de Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves e o desenvolvimento de Minas Gerais (1889-1914)”, estuda o pensamento econômico de Pinheiro e relata que seus ideais são próximos à interpretação desenvolvimentista brasileira.

27

Outro texto de referência seria: VERSIEUX. Daniela Pereira. A fazenda Escola de Florestal: apontamentos sobre a inserção de Minas Gerais na modernidade capitalista (2012) Hist. R., Goiânia, v. 17, n. 2, p. 141-160, jul./dez. 2012.



Considerações gerais

A revisão da literatura sobre João Pinheiro evidencia os vínculos entre a República e o progresso do país. A maioria dos autores utilizou como sinônimos as palavras progresso, no sentido do pensamento positivista que estava no auge da época de João Pinheiro, e a palavra desenvolvimentismo, que apenas nos anos 1930 será uma palavra de efeito nacional.²⁸

Por mais que na época de atuação política de Pinheiro a palavra progresso era a que prevalecia, representando uma “mudança na ordem econômica e social”, como explicou Gonçalves (1990), a proposta de desenvolvimento econômico não era diferente da elaborada por Dulci (1999, p.114) “referente à superação intencional de uma situação de atraso relativo econômico, envolvendo uma clara dimensão política”, já citada nesse trabalho. Porque esta mudança da organização do país significou um período de transição para a entrada do Brasil na nova ordem do modo de produção e reprodução da vida material – transição para o capitalismo industrial.²⁹

Entendemos que essa literatura contribuiu para a disseminação de diversas interpretações sobre João Pinheiro da Silva, como, o precursor do desenvolvimento do país, o estadista republicano, o político de influência positivista, a mentalidade progressista, o político que projetava a modernização da educação e do trabalho.

Assim, nosso objetivo de estudar João Pinheiro foi mostrar como esse político possuía um impulso intelectual de influência positivista que o levou a articular a organização social em conjunto com a lógica da dinâmica econômica, o que para nós foi o eixo do seu pensamento para interpretar o Brasil e tentar construir um projeto de nação a partir de Minas Gerais. Ele refletiu sobre os processos de referência na mudança da

28

As palavras progresso, moderno, devem ser utilizadas com cautela, segundo o autor Florestan Fernandes, pois no Brasil sempre há a junção do arcaico com moderno e não apenas um lado da estrutura. Elas precisam ser mantidas as condições de articulação do sistema econômico. Fernandes. Florestan. Sociedade de Classes e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1968.

29

Sobre a discussão de desenvolvimento ver também em BIELSCHOWSKY, Ricardo, 1949 – Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. – 4. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.



transição para a República, não só porque ele estudou esses processos, mas porque vivenciou, observou e lutou para amenizar as contradições sociais, a necessidade de uma educação para todos, e a questão política e econômica da época.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Mitologia da mineiridade: imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil**. Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado. São Paulo. 1989.

BARBOSA, Francisco de Assis (org.). **João Pinheiro: documentário sobre sua vida**. Publicações do Arquivo Público Mineiro, nº 1. Belo Horizonte, 1966.

BARBOSA, Francisco de Assis. **As ideias políticas de João Pinheiro: cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados**. Brasília: Senado Federal/MEC; Rio de Janeiro: Fundação Rui Barbosa, 1980

BOMENY, Helena. **Mineiridade dos modernistas: A república dos mineiros**. IUPERJ. Tese de doutorado. 1991

BOMENY, Helena. **O Brasil de João Pinheiro: O projeto educacional**. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). João Pinheiro e as Origens do Desenvolvimento Mineiro. Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno. Belo Horizonte: Editora UFMG, (2005) p.137-192

CARDOSO DE MELLO, João Manoel. **O capitalismo tardio: contribuição a revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira** 8ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. NOVAIS, Fernando. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. Unesp/Facamp: Campinas, 2ª edição. 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **Ouro, Terra e Ferro: vozes de Minas**. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). João Pinheiro e as Origens do Desenvolvimento Mineiro. Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.p.79-108.

COELHO, Copérnico Pinto (Org.). **Coletânea do centenário de nascimento de João Pinheiro da Silva**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1960.

COSTA, F. N. **Bancos em Minas Gerais. 1889-1964**. Universidade Estadual de Campinas, Dissertação de Mestrado. 1978

COSTA, Guilherme Meirelles da. **A formação política de João Pinheiro da Silva**. Dissertação de mestrado. FACH. UFMG. 2006



João Pinheiro Da Silva E A Economia Mineira No Início Da República – Camila Amaral

Pereira e Lélío Luiz de Oliveira

DELFIM NETTO, Antônio. **O problema do café brasileiro**. São Paulo: Editora UNESP. 3ª edição 2009

DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1ª edição, 1981.

DULCI, Otávio. **João Pinheiro e as origens do desenvolvimento mineiro**. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p.109-136.

DULCI, O. S. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte; Editora UFMG, 1ª edição 1999.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª edição. 1975.

FERREIRA, Marieta M. **Em busca da Idade do Ouro**, Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

FRANCO, *Gustavo H. B.*. **A Década Republicana: o Brasil e a economia internacional 1888/1900**. Rio de Janeiro, editora: José Olympio. 1991.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Editora Record, Rio de Janeiro. 34ª edição 1998.

FREYRE, Gilberto. **Continente e ilha**. Rio de Janeiro: CEB, 1943 a.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras. 34ª edição. 2007

GOMES, Ângela de Castro. **Memória, política e tradição familiar**. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *João Pinheiro e as Origens do Desenvolvimento Mineiro*. Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno. Belo Horizonte: Editora UFMG, (2005)

GONÇALVES, José Ricardo Barbosa. **A utopia da ordem social: o positivismo na crise da ordem imperial brasileira (1862-1898)**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1990. (Tese de Doutorado).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Companhia das Letras, 3ª edição 1997.

LIMA, João Heraldo. **Café e indústria em Minas Gerais, 1870 – 1920**. Petrópolis: Vozes, 1981.

LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil**. 1ª ed., São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1957.